

Inclusão Social

As instituições de ensino têm papel fundamental, diante desse desafio

A Constituição da República Federativa do Brasil inicia a explicitação dos fundamentos do Estado brasileiro elencando os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos. Também coloca claramente que os três poderes constituídos, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário são meios – e não fins – que existem para garantir os direitos sociais e individuais. Seus fundamentos são: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político (artigo 1^a Constituição Federal).

Desta forma, os objetivos fundamentais da República prevêem: uma sociedade livre, justa e solidária, capaz de garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização reduzindo as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem estar de todos, sem preconceitos de origem de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3^a Constituição Federal).

Tais fundamentos encontram-se longe da realidade vigente, onde suas metas e objetivos são ultrajados por interesses escusos de indivíduos advindos do cenário político nacional e das minorias fortemente abastecidas economicamente. A desigualdade social tornou-se a principal fonte da corrupção brasileira. Nossas leis são letras mortas, por não expressarem a vontade da maioria dos brasileiros e brasileiros que sobrevivem com o desemprego, a violência, corrupção e as desigualdades.

A desigualdade social oferece fortes estruturas opressoras, como: a injusta distribuição de renda. Nesta, assistimos, impotentes toda a sorte de corrupção moral, que se multiplicam em corrupções “legais”. A concentração de poder e de riqueza para poucos, gera a soberba e a boçalidade, daqueles que oferecem estratégias eficientes para manipular e conduzir a grande massa de despossuídos abandonados em todos os lugares do Brasil. De um lado, sentimos nossa sociedade embrutecida e dependente, por exemplo, ao perceber nossas crianças jogas nas ruas e favelas e de outro, ricos trocam sua liberdade pela segurança de castelos de muros altos condominiais e carros de vidros escuros e blindados para não enxergarem os resultados da fábrica da desigualdade que o Brasil se encontra.

“O ESTADO DE SÃO PAULO OFERECE ALGUMAS RESPOSTAS POSITIVAS”

Algumas estratégias são bem vindas e apresentam bons resultados: Com os Programas: Renda Mínima, Bolsa Trabalho, Operação Trabalho, Começar de Novo, Oportunidade Solidária, São Paulo Confia, Capacitação Ocupacional, Desenvolvimento Local e São Paulo Inclui. Esses são alguns dos Programas desenvolvidos no município de São Paulo, capital. No entanto, sabemos que não são suficientes para atender a enorme quantidade de pessoas que se encontram inseridas em fragilidade social. Tais posturas demonstram um grande amadurecimento, por parte do poder público sobre as questões relacionadas à assistência social. Já para as instituições privadas temos as ações de responsabilidade social, que muito têm a contribuir para nossa sociedade. É importante salientar que há inúmeros Programas advindos dos governos estaduais e federais, com o objetivo de apoiar, e financiar os municípios de São Paulo, para Projetos Sociais.

O lançamento da campanha da fraternidade para 2006, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, lança o tema inclusão social para os portadores de necessidades especiais. Verificamos que diferentes instituições da sociedade, paulatinamente se preocupam com estratégias de inclusão e desenvolvimento, de forma geral... Estudos comprovam que mais da metade de nossa desigualdade de renda pode ser explicada pela desigualdade educacional de nossas crianças, onde o sistema educacional atual lida com imenso fracasso com estudantes “pobres”. Buscar entender tais dilemas, somente é possível, quando se compreende a crise do capitalismo, em suas conseqüências internacionais e nacionais. Portanto, esta crise evidencia fortes efeitos nos planos econômico-social, ideológico, ético-político e educacional. Assim, muitas instituições de ensino ampliam seus espaços para além do tradicional exercício de aprendizagem. Ações ligadas à assistência social estão sendo adotadas em escolas públicas, como os Programas: Escola da Família, Pró-Uni, ou aos temas transversais tratados com seriedade e competência por alguns ilustres e anônimos professores da rede de ensino. Dentro desse universo, todas as instituições de ensino superior deveriam apresentar seus programas de extensão universitária, que prevê um link direto com a comunidade em que estão inseridas. Essa é uma importante estratégia capaz de oferecer ações que beneficiam indivíduos que não acessam os bens e os produtos culturais, por diferentes razões. E propiciar aos alunos universitários, vivência profissionalizante suficiente para exercitar seus estágios supervisionados, atividades práticas profissionais, cidadania, compromisso social e solidariedade. Portanto, percebe-se que o objetivo de coordenar políticas de geração de ocupação e renda, a fim de romper com o ciclo estrutural da pobreza e da exclusão social, não é uma tarefa única de nossos governantes, e sim de toda a sociedade, através de ações que privilegiam pessoas que se encontram inseridos nos bolsões de pobreza, ou em diferentes condições de risco social. As famílias em situação de vulnerabilidade social, expostas à violência, ao desemprego, desnutrição, às condições precárias de saúde, às situações inadequadas de moradia, ao analfabetismo, aos baixos índices educacionais e que são alguns dos problemas gerados pela miséria que atinge uma parcela significativa da população.

Essa mazela social que se arrasta por décadas é normalmente cercada de desconhecimento, e gera pré-conceitos e indiferenças. Mas a verdade é uma só: nela vemos indivíduos que tem nome, tem localidade, às vezes, até endereço e são pessoas de carne e osso. Surpreendentemente são brasileiros.